



ACTA n.º 26/2015

Aos dezassete dias do mês de março de dois mil e quinze, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira, no auditório do ISVOUGA, na União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, concelho de Santa Maria da Feira. -----

O Presidente do Conselho Local de Ação Social, Dr. Emídio Sousa, deu início à sessão de trabalhos, dando as boas-vindas a todos os participantes.-----

Ponto 1: Informações-----

A Dr.ª Manuela Coelho informou os parceiros presentes que no dia 18 de março, irá ter lugar, no auditório da biblioteca municipal de Santa Maria da Feira, o evento intermédio do projeto Cuidar de Quem Cuida. Lembrou ainda que no próximo dia 2 de abril, o INATEL de Santa Maria da Feira reabrirá após a conclusão das obras previstas.-----

Informou os presentes sobre o mapeamento das respostas sociais do Concelho de Santa Maria da Feira 2020, solicitado pela Segurança Social, apelando a que todos respondessem ao mesmo, alertando para a necessidade das entidades estarem atentas à Plataforma Online da Rede Social, onde estão divulgadas todas as informações.-----

Salientou ainda a publicação de novas portarias: Portaria 59/2015 de 2 de março, com indicações sobre equipamentos na área da deficiência, e Portaria 60/2015 de 2 de março), referindo a abertura das candidaturas Ação Qualidade de Vida 2015 da Associação Salvador, as quais visam atribuir apoios diretos e pontuais a pessoas com deficiência motora e comprovada falta de recursos materiais, e cujo período de receção de candidaturas decorre até 31 de Março de 2015.-----

Informou ainda sobre o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário - Protocolo para o Biénio 2015-20162015-2016, celebrado entre os Ministérios da Saúde (MS), da Educação e Ciência (MEC) e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das

Instituições de Solidariedade (CNIS) e a União das Mutualidades Portuguesas (UM) que visa reforçar a relação de parceria Público Social entre o Governo Português e o Setor Social e Solidário, assente numa partilha de objetivos e interesses comuns e de repartição de obrigações e responsabilidades de cada uma das partes.-----

Ponto 2: Leitura e aprovação da Acta da reunião anterior (25 de novembro de 2014)-----

Todos os presentes receberam a acta da reunião anterior, juntamente com a convocatória para esta reunião, tendo este documento sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto 3: Comissão de Proteção Crianças e Jovens: apresentação e discussão do Relatório de Atividades de 2014 e do Plano de Ação de 2015-----

A Dr.ª Ana Cristina Castanhola, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, apresentou o relatório de atividades de 2014, referindo que, nesse ano, foram instaurados 325 processos na CPCJ, sendo que foram reabertos 59 processos. Informou ainda que foram arquivados 263 processos, 79 arquivados liminarmente e 21 enviados a outras CPCJ's. A 31 de dezembro de 2014, a CPCJ tinha 389 processos ativos, existindo 9 coordenadores de caso.-----

Ao nível das problemáticas, na faixa etária dos 0-5 anos destaca-se a negligência e a violência doméstica; dos 6-10 anos, a violência doméstica, é uma problemática que nunca tinha tido números tão elevados, a negligência e a exposição a comportamentos inadequados; dos 11-14 anos e dos 15-17 anos ganharam relevo os comportamentos graves anti-sociais (furtos, consumos); e dos 18-21 anos, predominam os comportamentos graves anti-sociais, o mau trato físico, a falta de supervisão familiar e acompanhamento familiar, o absentismo e o abandono escolar.-----

Destacou ainda que 30% dos processos instaurados residem na faixa dos 15-17 anos, sendo necessário e urgente criar outras equipas, outros projetos que, em conjunto com a CPCJ, consigam dar resposta a esta nova situação, uma vez que à medida que os jovens vão saindo da escola, vão aumentando as sinalizações.-----

A Dr.ª Ana Cristina Castanhola referiu ainda que foram as autoridades policiais quem mais sinalizaram situações, seguidas dos estabelecimentos de ensino e de saúde. Ao nível dos acordos de promoção e proteção, tem sido dado apoio junto dos pais, devido às entidades da primeira linha, e o acolhimento institucional a partir dos 13 anos.-----

Após a apresentação dos resultados, uma representante da Cerci-Lamas afirmou que, face às diversas situações, corremos o risco de continuar a replicar a situação dos pais nos filhos, sendo necessário investir na prevenção e na articulação. A Dr.ª Manuela informou que o grupo temático criado para debater as problemáticas das crianças e jovens em risco irá reunir em breve para refletir a atuação dos profissionais nesta área, bem como, para pensar a criação de novas respostas.-----

De seguida, a Dr.ª Ana Cristina apresentou aos presentes o Plano de Ação para 2015, afirmando que este plano elaborado pela CPCJ é sempre muito ambicioso. Para o ano de 2015, foram previstas as seguintes ações:-----

EIXO 1 – DESPERTAR CONSCIÊNCIAS: Divulgar a atividade da CPCJ através das redes sociais; Divulgar e sensibilizar sobre a atividade da CPCJ através da comunicação social; Refletir e sensibilizar a comunidade concelhia para os maus tratos na infância e juventude.-----

EIXO 2 – MUDAR ATITUDES E COMPORTAMENTOS: Incrementar o papel da comunidade educativa no sistema de promoção e proteção, na prevenção dos maus tratos e negligência; incrementar o papel das IPSS na promoção dos direitos das crianças e na prevenção de situações de risco; Dotar de competências para a área da sexualidade; Partilhar experiência relativamente à articulação entre as CPCJ e o Ministério Público.--

A Dr.ª Ana Cristina Castanhola reforçou ainda a importância da intervenção de todos os elementos.-----

Ponto 4: Rede Local de Intervenção Social (RLIS) – Apresentação do programa e metodologia aprovada em reunião da Plataforma Supraconcelhia EDV (27'02'2015) -----

O Dr. Rui Monteiro, Diretor da Unidade de Desenvolvimento Social e Programas do Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, informou, em traços muito gerais, que a Rede Local de Intervenção Social, criada pelo Despacho n.º 12154/2013 de 24 de Setembro, é um modelo de organização, de uma intervenção articulada e integrada, de entidades públicas ou privadas com responsabilidade no desenvolvimento da ação social.-----

Informou os parceiros relativamente ao alargamento dos projetos-piloto da Rede Local de Inserção Social (RLIS) e à necessidade de revisão, redimensionamento e adequação dos protocolos de intervenção direta. Referiu ainda a necessidade de se refletir de forma ponderada e prudente, ainda que o tempo para tal seja escasso. Assim, defende

que as opções deviam ter em conta as necessidades locais e a rede social que tem sido desenvolvida no território.-----

A Dr.ª Manuela sugeriu, assim, a criação de um grupo de trabalho para, juntamente com os membros do Núcleo Executivo, refletir sobre a reorganização dos serviços e preparar a proposta a ser apresentada face ao convite do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro. O grupo de trabalho será constituído, além dos membros do Núcleo Executivo, pela Cerci-Lamas, pelo Centro Social e Paroquial de Argoncilhe, pelo Centro Social de Lourosa, pelo Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo – CASTIIS, e pela ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria. -----

Ponto 5: IV Mosaico Social - apresentação do plano definido pelo Grupo de Trabalho da iniciativa e alteração do Regulamento Prémio Concelho Solidário-----

A Dr.ª Cristina Ribeiro, do Secretariado Técnico do Gabinete da Rede Social de Santa Maria da Feira, apresentou aos presentes o programa definido pelo grupo de trabalho para a realização do IV Mosaico Social (25 a 28 de junho, em Lourosa), sendo o mesmo aprovado e estando disponível para consulta na Plataforma Online da Rede Social.-----

A Dr.ª Cristina apresentou de seguida as propostas de alteração ao regulamento do “Prémio Concelho Solidário”, nomeadamente a proposta de eliminação do n.º7 do ponto “Votação” e o enaltecimento do n.º 4, que considera que as instituições devem ser avaliadas e premiadas com base na relevância, pertinência, subsidiariedade, inovação, trabalho em parceria, sustentabilidade e impacto das atividades/projetos que desenvolvem. Após votação, as alterações propostas foram aceites por unanimidade.-

Ponto 6: Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária Urbana e Rural – Concelho de Santa Maria da Feira-----

A Dr.ª Teresa Pouzada, Diretora Técnica da ADRITEM, apresentou aos parceiros as principais áreas de intervenção das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária Urbana e Rural definidas para o Concelho de Santa Maria da Feira. Assim:-

DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA RURAL: tem como objetivo prioritário a criação de empregos e a diversificação das atividades económicas ligada ao sector I.

As principais áreas de intervenção definidas neste domínio são o empreendedorismo (concessão de apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas, e apoio à atividade por conta própria, às microempresas e criação de empresas); o património

(conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural) e a inclusão social (promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade).-----

DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA URBANA: tem como objetivo prioritário a criação de emprego, promoção do empreendedorismo, inclusão social e combate ao abandono escolar. As principais áreas de intervenção definidas neste domínio são o empreendedorismo (concessão de apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas, e apoio à atividade por conta própria, às microempresas e criação de empresas); a promoção e valorização do ensino/formação (redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação) e a inclusão social (promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade).-----

Ponto 7: Coordenadora do Contrato Local de Desenvolvimento Social - Projeto Direitos & Desafios – Cooperativa Casa dos Choupos-----

A Dr.ª Amélia Carneiro, Coordenadora do CLDS – Projeto Direitos & Desafios, apresentou aos presentes a monitorização do respetivo programa nos 3 principais eixos de intervenção.-----

EIXO 1 – EMPREGO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO:-----

Ação 1 – Agência Formação: foram realizados 460 atendimentos individualizados para exploração de alternativas de educação/formação, sendo que 85 pessoas foram encaminhadas para percursos de qualificação. Foram desenvolvidas ainda 16 percursos de formação, com o envolvimento de 248 pessoas.-----

Ação 2 – Agência de Emprego: foram realizados 206 atendimentos, sendo captadas pela ALPE 115 ofertas de emprego e encaminhadas para ofertas de emprego 353 pessoas. Foram ainda realizadas 7 colocações no mercado de trabalho e 12 candidaturas a medidas de apoio ao emprego.-----

Ação 3 – Agência de Negócios: foram realizados 206 atendimentos individualizados para apoio à criação do próprio emprego, tendo sido criados 25 negócios.-----

Ação 4 – Clubes ALPE: arranque de três Clubes de Emprego (Canedo, Fiães e Lourosa), com a participação de 89 pessoas e realização de Mostra Experimental dos Clubes ALPE (Pigeiros, Canedo e Fiães) com a participação de 55 pessoas. -----

Ação 5 – Espaço de Informação à medida: dinamização de 14 sessões temáticas, com a participação total de 245 participantes.-----

Ação 6 – Encontros em Rede: realização de dois encontros, com a participação de 32 pessoas.-- -----

No âmbito do Eixo 1, foram ainda realizadas outras atividades: apresentação dos Clubes ALPE e a Agência de Negócios no XVI Congresso Internacional de Formação para o Trabalho Norte de Portugal/Galiza - "Lugares de trabalho - espaços de aprendizagem, no Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto - Serviço de Formação Profissional do Porto; participação no projeto "Como mobilizar empresas para projetos sociais", parceria da Associação Empresarial Portuguesa (AEP) e do GRACE, na AEP, Porto; receção do Comité de Geminação de Joué-Les-Tours para partilha de boas práticas, ALPE, Santa Maria da Feira.-----

EIXO 2 – INTERVENÇÃO FAMILIAR E PARENTAL:-----

Espaço Famílias: Promoção de um Clube de Pais, em parceria com a Associação de Diabéticos da Feira, no Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, com a participação de 30 pessoas; e dinamização de uma apresentação pública no Hospital S. Sebastião no âmbito do Dia Mundial da Diabetes, com a envolvimento de 80 indivíduos. Durante este período, foi realizado o acompanhamento de cinco famílias no âmbito do Serviço de Terapia Familiar e Conjugal e de 2 famílias no âmbito do programa Cegonha e Companhia.-----

Espaço Trevo: Acompanhamento de 55 casos (30 pessoas vítimas de violência doméstica, 11 agressores, 3 vítima/agressor, 9 atendimento a familiar e 2 outro tipo de atendimento), num total de 243 atendimentos psicossociais e 72 atendimentos jurídicos. Foram dinamizadas ações de sensibilização com a temática "Violência no Namoro" (4), com um total de 120 participantes. Foi ainda assinado um Protocolo de Colaboração com o Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga – CHEDV.-----

EIXO 3 – CAPACITAÇÃO DA COMUNIDADE E DAS INSTITUIÇÕES:-----

SCA – Sem Custos Adicionais: Acompanhamento de 32 pessoas.-----

Modernização da Organização e Gestão do 3º Sector: Dinamização de dois Workshops "Metodologia e Planeamento Projetos", com a participação de 52 pessoas.-----

Laboratório de Empreendedorismo Social - SOCIAL SKILLS LAB: Desenvolvimento, em parceria com o Instituto de Empreendedorismo Social (IES), do Manual de Implementação: Desafio Inovação Social e do Kit de Ferramentas do Empreendedor Social.-----

Foi ainda realizado um Encontro de Parceiros "A reciprocidade das parcerias", na Sede da Casa dos Choupos.-----

Ponto 8: Ratificação do Parecer para alargamento da Estrutura Residencial para Idosos e da ampliação da sala do Centro de Dia para Idosos da Associação do Centro Social de Escapães-----

A Dr.ª Catarina Ferreira, do Secretariado Técnico do Gabinete da Rede Social, apresentou aos parceiros os dois pedidos de parecer solicitados pela Associação do Centro Social de Escapães. -----

Esta instituição pretende, por um lado, a ampliação da Estrutura Residencial para Idosos, com a construção de mais três quartos, permitindo que os quartos atuais deixem de ser triplos e passem a ser duplos e, assim, melhorando significativamente a qualidade de vida e bem-estar dos utentes e familiares desta instituição. Por outro lado, a Associação do Centro Social de Escapães pretende a ampliação da sala de estar do Centro de Dia, possibilitando aos utentes desenvolver diferentes atividades.-----

Os referidos pedidos, que vão de encontro à resolução das inconformidades detetadas nos relatórios de acompanhamento da Segurança Social, já tinham sido analisados pelo Núcleo Executivo da Rede Social, tendo obtido parecer favorável dos membros do CLAS.-----

Ponto 9: Outros assuntos

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CLAS agradeceu a presença de todos e deu por encerrado o Plenário do Conselho Local de Ação Social.-----